

I

As teses fundamentais defendidas por Rui Mauro Marini, em sua tentativa de desenvolver uma teoria sobre a dependência, remontam todas elas ao mesmo nível de abstração de “O Capital”, de Marx. São teses que abordam o problema geral da acumulação capitalista, e terminam por inserir o conceito de “dependência” entre as categorias mais gerais envolvidas no próprio conceito de acumulação.

O fato de ser este o nível de abordagem do problema da dependência, por Rui Mauro Marini, sem que haja da parte do autor o cuidado de tornar isto explícito, já impõe por si mesmo uma atitude de reserva diante do seu trabalho. Entretanto, o grande problema está em que o texto “Dialética da Dependência” termina por questionar implicitamente a teoria marxista sobre a acumulação. Algumas afirmações do texto chegam inclusive muito próximo de uma explicitação desta conclusão. Por exemplo:

“Esta digressão é imprescindível se queremos entender bem porque a inserção da América Latina no Mercado Mundial contribui para o desenvolvimento do mercado de produção especificamente capitalista, baseado na mais-valia relativa.”

Ou ainda: *“A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca nos países industriais a produção da mais-valia relativa.”*

Tomadas ao pé da letra, tais afirmações ainda são vagas e podem levar a interpretações variadas. Mas o que interessa discutir é o sentido geral da análise, e do modelo de sistema capitalista que Rui Mauro propõe. No texto citado acima, RMM diz que a inserção da AL no mercado mundial “contribui” para o desenvolvimento do modo de produção capitalista – o que é inquestionável, se interpretado literalmente. Mas todo o curso seguido pela sua análise leva a situar o fenômeno da “dependência” não vagamente como o fator que “contribui”, mas como algo essencial, sem o qual não haveria acumulação, sem cuja teorização qualquer análise sobre a formação e o movimento dos capitais seria necessariamente unilateral.

Uma discussão mais rigorosa do texto de RMM mostrará suas concepções sustentadas em três teses fundamentais: a primeira delas é a lei da tendência decrescente da taxa de lucro, e a necessidade, dela decorrente, que se coloca para o capitalista de desvalorizar bens de salário e matérias primas industriais como forma de elevar a taxa de lucro; a segunda tese fundamental é a que se refere ao “intercâmbio desigual” como a forma histórica concreta através da qual se realiza esta desvalorização de bens de salário e matérias primas industriais: pois sendo desigual o intercâmbio, há nele uma transgressão da lei do valor, há uma transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, – e assim aumenta a mais-valia expropriada pela burguesia central. E finalmente, a terceira tese fundamental defendida por RMM: para contrabalançar esta perda de valor, a burguesia dos países

dependentes realiza uma ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e o seu valor real. Imediatamente ligada a esta terceira tese está um desdobramento seu, que trata da expropriação da mais-valia nos países centrais, e estabelece a seguinte diferença:

“mais que facilitar o crescimento quantitativo destes (dos países centrais), a participação da AL no Mercado Mundial contribuirá na base da acumulação na economia industrial para a transformação da mais-valia absoluta em mais-valia relativa, quer dizer, que a cumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador”.

Todas estas teses são fundamentais no esquema de Rui Mauro. A “Dialética da dependência” é na verdade uma proposta no sentido de encarar de forma nova a dialética do desenvolvimento do capitalismo como um todo. Rui Mauro é enfático ao responder aos críticos do “intercâmbio desigual”, dizendo que ocultar a natureza destes fenômenos (estudados em seu texto) corresponde a manter uma ilusão sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional. *“O que é realmente a exploração capitalista internacional”*: – de fato, é esta a discussão que precisa ser travada aqui. Os argumentos abaixo visam mostrar como Rui Mauro se equivoca, e revê várias teses clássicas de “O Capital”.

Como foi esquematizado acima, Rui Mauro parte da lei de Marx sobre a tendência decrescente da taxa de lucro, mas para situá-la em outro contexto, e dar a ela um outro significado. Para Marx, a tendência decrescente da taxa de lucro é contrabalançada por uma série de fatores, inclusive pelo comércio externo, mas também por uma série de outros, sem dar ao comércio externo nenhum destaque especial.

Paul Sweezy chega inclusive a afirmar que a inclusão do comércio externo, entre os fatores que contrabalançam a queda da taxa de lucro, deve ser tomada como uma nota de Marx, e não como uma parte integrante da análise: pois *“não há nenhuma ligação necessária entre as possibilidades de comércio externo e as modificações na composição orgânica do capital”*. E Borchardt, em sua condensação de “O Capital”, afirma: *“Mas este mesmo comércio externo desenvolve no próprio país o modo de produção capitalista e, em consequência, a diminuição do capital variável em relação ao capital constante; logo, ele próprio produz, em virtude da evolução, um efeito contrário”*. Entretanto Rui Mauro fala aqui nas relações de intercâmbio destacando a “transferência de valor” aí ocorrida como um fator decisivo na viabilização do desenvolvimento industrial moderno, em termos capitalistas. Este peso dado ao comércio externo vem associado à visão de que somente em função desta transferência de valor e da correspondente desvalorização dos bens de salário e das matérias primas industriais, poderá se reverter a tendência à queda da taxa de lucro.

Colocada a questão nestes termos, é o próprio esquema abstrato da acumulação capitalista que está sendo repensado, é uma teoria nova que está sendo proposta, onde o “intercâmbio desigual” ou a “transferência de valor” aparece como uma categoria essencial, assim como as categorias “capital constante”, “capital variável” e “mais-valia”. Pelo simples fato de que, em oposição ao que nos diz Marx em “O Capital”, a acumulação já não poderia ser pensada enquanto tal se não se insere o “intercâmbio desigual” no rol das suas condições

fundamentais. Para Marx, a reprodução ampliada é vista, em termos mais abstratos, através da aplicação do excedente e, capital constante e capital variável. Para Rui Mauro, algo mais deveria ser dito aí: capital constante e capital variável sim, porém *desvalorizados através do intercâmbio desigual*. Diante desta elevação teórica das relações de intercâmbio a tão grandes alturas, já não haveria como situar o comércio externo simplesmente como uma “contratendência” à queda da taxa de lucro, uma vez que a “transferência de valor” estaria organicamente inserida entre os fundamentos da acumulação, fazendo do capitalismo aquilo que ele é: e “*não pode haver ilusão sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional*”, diz Rui Mauro.

É importante a esta altura destacar que, no esquema proposto por Rui Mauro para explicar a exploração capitalista (para explicar o processo de acumulação), há uma relação que foge à lei do valor de Marx: o intercâmbio desigual, onde as trocas não envolvem valores iguais, Rui Mauro se refere a este problema dizendo que a realidade “*transgride a lei do valor*”. E não é uma relação secundária: é justamente a “determinação fundamental” da dependência, tida por RMM como uma necessidade que marca a própria gênese da acumulação (pois é situando esta determinação fundamental da dependência que RMM explica o fato de que a “história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”). Evidentemente, em vez de ocorrer uma transgressão da lei do valor nas relações de intercâmbio, como quer RMM em seu texto, é ele próprio o transgressor do conceito marxista em esquemas desvinculados da realidade. Em “Dialética da Dependência”, a lei do valor tem uma existência meramente “proforma”, pois a realidade que pretende apreender a ignora.

Não vamos aqui negar as evidências empíricas que ilustram a suposta necessidade de transferência de valor. Tradicionalmente, a queda nos preços dos produtos primários exportados pela América Latina está em função das condições em que se faz a concorrência entre os produtos e os similares que o próprio centro vai conseguindo produzir (em outras condições). Não é outro o significado dos “ciclos” que marcam a história econômica do Brasil: em todos eles as fases de ascensão e as de declínio se explicam pelas condições de concorrência no mercado externo. Quase sempre vence a concorrência um país com melhores condições de produtividade – vide o exemplo clássico da borracha brasileira.

Além disto, a fase imperialista introduz um dado novo no processo econômico – os preços de monopólio. Os quais, de resto, não significam uma transgressão da lei do valor, como esclarece Paul Sweezy na “Teoria do Desenvolvimento Capitalista”. É uma nova contingência determinada pelo controle monopolístico dos mercados, e não há como situar este fenômeno como uma necessidade orgânica, ao nível da produção, para viabilizar a acumulação e a “especialização da produção industrial”. Em suma: a chamada deterioração dos termos de intercâmbio é um fenômeno concreto, só possível de entendimento numa análise desenvolvida em nível de abstração mais baixo, e mediante a consideração de uma “maior riqueza de determinações”. E mesmo considerando-se o problema dos preços de monopólio, ainda assim são as leis que atuam ao nível dos mercados que estão determinando a queda relativa no preço dos produtos primários. Mas a Rui Mauro interessa algo além disto, uma razão mais profunda: a transferência de valor no intercâmbio desigual seria uma

necessidade já posta ao nível da produção, do mecanismo da acumulação, numa revisão das concepções marxistas sobre quais são as fontes de mais-valia. E do ponto de vista da lei do valor, uma coisa é o fenômeno dos preços de monopólio, que não a nega, como já frisamos, e coisa bem diferente seria a “transferência de valor” que percorreria toda a história do capitalismo como uma das suas marcas essenciais.

O comércio externo transfere valor e contrabalança a tendência à queda da taxa de lucro, e “responde às exigências que coloca nos países industriais a produção da mais-valia relativa” – diz RMM. Na base de tudo isto, está a “superexploração do trabalho”. E novamente temos um conceito novo, que não pode ser admitido como mero adendo a “O Capital”: ele implica numa revisão de “O Capital”. Sem a “superexploração”, afinal de contas, o esquema de RMM não consegue dar conta de explicar a mais-valia, nem a acumulação.

Diz RMM que a superexploração ocorre porque há uma ruptura da relação entre a remuneração da força de trabalho e seu valor real. E novamente “*transgride a lei do valor*” num conceito que ocupa em sua teoria um lugar chave. Mas para sustentar esta tese, tem de cair no subjetivismo: arbitrar um limite fixo para o que seria “um mínimo necessário” enquanto na verdade ele é histórico. É relativo, se refere sempre a uma certa época e a uma sociedade determinada.

Quando Marx se refere em “O Capital”, à depressão dos salários abaixo do seu valor, logo faz a ressalva de que este é um fenômeno subordinado às leis do mercado, isto é, à relação entre a oferta e a procura, quando então jamais se poderia afirmar que a lei do valor foi transgredida. Diz Marx: “*a diminuição do salário abaixo do seu valor nada tem a ver com a análise geral do capital, fazendo parte de um quadro da concorrência que não apresentamos neste trabalho.*” (citado por Sweezy em “Teoria do Desenvolvimento Capitalista”). Mas Rui Mauro vê a “superexploração” ou o rompimento da relação entre a remuneração da força de trabalho e o seu valor real, como a pedra angular de toda a acumulação capitalista – base do intercâmbio desigual, base da anulação da tendência à queda da taxa de lucro, e base do mercado da “produção especificamente capitalista, baseada na mais-valia relativa”.

A razão das taxas de exploração da força de trabalho na América Latina, que RMM chama de “super-exploração”, tem de ser buscada em outro campo. A história da formação econômica da América Latina mostra que a produção nasceu e se desenvolveu, já durante a colonização, visando os mercados externos pré-existentes. Diferentemente da Europa, onde a produção capitalista se desenvolveu sobre os mercados internos que se foram formando com a desagregação do feudalismo, a América Latina se desenvolve em desdobramento ao mercantilismo europeu, e seus produtos visam mercados externos. Na Europa, o proletariado compunha o mercado de massas que se foi formando para a produção capitalista – havia portanto uma razão econômica para a elevação dos salários. Os mercados para a produção latino americana vão ser procurados, por outro lado, na Europa e depois nos Estados Unidos, etc. Aliás, RMMM se refere a esta questão de modo bastante claro: “*Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto...*” Aí está, e não em qualquer outra instância mais profunda, a determinação do fenômeno das elevadas taxas de

exploração: o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Se tal situação é real, o seu motivo não deve ser buscado na lógica geral da acumulação capitalista vista em seu modelo mais abstrato, e sim nas contingências históricas concretas que envolvem a integração da América Latina na economia mundial, principalmente a partir do século XIX (mas já antes também, desde o início da colonização).

O reverso da medalha da “superexploração” vem com a seguinte afirmação suspeita de Rui Mauro:

“(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá na base da acumulação na economia industrial para a transformação da produção da mais-valia absoluta em mais-valia relativa, quer dizer, que a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador.”

É verdade que Marx destaca como processos distintos “a acumulação mediante um desenvolvimento superior da capacidade produtiva do trabalho” e a acumulação mediante um aumento da exploração do trabalhador. Mas o que RMM faz é tomar esta distinção e projetá-la nas relações entre países centrais e países “dependentes”, como aspectos distintos e necessários de uma suposta dialética do capitalismo. Nos países dependentes, teríamos a superexploração; nos países centrais, uma forma de acumulação fundada em outras bases que não simplesmente a exploração do trabalhador. O que mostra mais uma vez que toda verdade relativa, uma vez dissociada das condições em que foi formulada, torna-se um absurdo: num dos polos da “dialética capitalista”, a acumulação não se centraria principalmente na “simples exploração do trabalhador”.

Tese que lembra os revisionistas do “neocapitalismo”, como André Gorz, defensor da idéia de que já não é a luta econômica que sustenta as reivindicações espontâneas da classe operária. Aliás, as consequências políticas dessas teses de Rui Mauro saltam aos olhos: a derrocada do sistema capitalista passa a depender da revolução nos países dependentes, depois da qual ela seria praticamente automática. Enquanto na “periferia” a tese da superexploração exerce claro apelo economicista, bem ao gosto dos que querem ver na luta econômica um “inevitável” caráter político revolucionário. Esquecendo-se de que hoje, tanto quanto no tempo em que Lenin escreveu “O que fazer”, as lutas econômicas podem espontaneamente assumir no máximo um caráter político “social-democrata”, isto é, reformista.

A concepção de RMM sobre a dialética da dependência é portanto uma versão nova e revisionista da teoria marxista sobre a dialética do desenvolvimento capitalista. Esta visão revisionista na verdade reedita, com sérios agravantes, as antigas críticas de Rosa Luxemburgo a “O Capital”. Rosa falava que a acumulação não seria possível se não entrasse no processo uma “terceira pessoa”, no caso o “entorno não capitalista”. Rui Mauro fala em coisas semelhantes, ainda que nem sempre explicitamente: os países dependentes transgressores da lei do valor, ocupam o lugar que em época passada Rosa Luxemburgo reservou ao “entorno não capitalista”. Mas no contexto atual da história das lutas de classes e da história do pensamento revolucionário, não há como dissociar estas concepções de RMM do velho

esquema terceiro-mundista. Suas conclusões diferem, no texto referido, dos reformistas apologistas das alianças com as burguesias insatisfeitas do terceiro mundo. Entretanto, a semelhança é patente, e certamente este esquema harmonioso não resistirá a um melhor aproveitamento nas mãos de um reformista declarado qualquer que apareça.

II

Para entendermos a realidade econômica da América Latina temos de partir – sem nenhuma alteração a este nível – das abstrações marxistas contidas em “O Capital”, sobre o processo de acumulação. Entretanto, usando esta referência geral, o chamado problema da dependência só pode ser entendido se vamos a um nível mais baixo de abstração, e passamos a tratar da história concreta do capitalismo. É somente aí que a realidade específica da América Latina pode ser apreendida teoricamente.

A característica específica da produção na América Latina tem sido desde o início da colonização, o fato de que “a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo” e por isso “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto”.

No caso particular do Brasil é preciso destacar que ele não apresenta, nas fases iniciais de sua formação, um sistema de produção de bens de manutenção em pequenas propriedades, nem o artesanato disperso, que foram as bases do desenvolvimento capitalista nos países desenvolvidos de passado feudal. Também não apresenta um quadro semelhante ao dos Estados Unidos, onde a pequena propriedade e a ampliação das “fronteiras” pelo colono livre serviram de base ao grande mercado interno que lá se desenvolveu. No Brasil, se forma desde o começo a **grande propriedade** produtora de bens lucrativos nos mercados externos. O Brasil (e a AL em geral) é colonizado por um país que ocupa um papel de intermediário comercial (e os casos de Portugal e Espanha são semelhantes) nas relações mantidas entre os países europeus. Dirigindo a produção no Brasil, Portugal visa os mercados europeus, notadamente a Inglaterra, onde a indústria têxtil já avança, paralelamente à revolução burguesa do século XVII. Os processos produtivos aqui desenvolvidos eram os mais adequados à caça do lucro imediato, empreendida por um país como Portugal, que desconhecia a tecnologia e as forças produtivas diretamente precursoras da industrialização. É nestas condições concretas, em que a produção e a circulação se separam, em que a produção, em grandes propriedades, se volta para o exterior, que se colocará desde o começo como necessidade econômica as altas taxas de exploração. Fenômeno que acompanhará toda a evolução econômica do Brasil, confirmando também nesta evolução o que disse Marx sobre a acumulação primitiva: pois desde o começo o capital se desenvolve, também aqui, gotejando sangue e lama da cabeça aos pés.

O mercado interno que vai se formando neste processo abrange as classes dominantes e a burocracia estatal: um mercado “seletivo” e desenvolvido em função das exportações. E quando Portugal perde seu lugar de entreposto comercial, e o Brasil se torna politicamente autônomo, as relações comerciais passam a se dirigir principalmente para a Inglaterra. A

autonomia política ocorrida às vésperas do grande crescimento do consumo do café nos mercados externos, possibilitou um grande crescimento nos moldes de uma economia exportadora, ao lado da potencialização do mercado formado internamente pelas camadas de rendas mais altas. Mercado este que será suprido por bens manufaturados importados principalmente da Inglaterra.

Serão essas estruturas, herdadas do mercantilismo, que a indústria moderna penetrará e subordinará aos seus interesses, sem que se torne necessário nenhuma transformação fundamental. Pelo contrário, ao capital monopolista interessava justamente a preservação destas estruturas, razão pela qual a industrialização brasileira se dá desde o começo assentada numa identidade de interesses entre a burguesia exportadora local e o capital monopolista: do ponto de vista do capital monopolista, interessava explorar as vantagens da “mão-de-obra barata”, e assim explorar um mercado já existente, contornando, além disso, as taxas alfandegárias, despesas em transportes, etc. Do ponto de vista do exportador brasileiro, a associação com o capital monopolista é a única forma que lhe permitirá utilizar a tecnologia avançada de um sistema, aliás, já monopolizado mundialmente, - indispensável para explorar um mercado pré-existente (o mercado “seletivo”) e já envolvido nos interesses dos grupos exportadores europeus. A integração de capitais assim realizada, apaga as fronteiras de identidade, e torna as classes dominantes locais indissociáveis da burguesia monopolista internacional.

Esta identidade de interesses entre a burguesia monopolista internacional e a burguesia industrial brasileira é uma questão de importância decisiva numa discussão sobre as estruturas características da chamada “dependência” ou do “subdesenvolvimento” brasileiro. Pois toda a questão se resume em que as classes dominantes locais visam a preservação de uma estrutura que, herdada do período colonial, tem nos mercados externos o campo de realização de seus lucros, e lhe permite manter um padrão de consumo semelhante ao que se verifica nos países capitalistas do centro. Em outras palavras, as classes dominantes precisam manter as mais altas taxas de exploração sobre os trabalhadores para garantir seu acesso aos mercados externos e para garantir a continuidade de um mercado interno para os produtos diversificados de consumo conspícuo; há uma relação direta entre a manutenção das altas taxas de exploração e a existência de uma determinada estrutura de mercado, onde o mercado externo e um mercado interno seletivo interno se configuram como características fundamentais.

Reformistas de todos os tempos não se cansaram de especular no Brasil sobre os interesses da “burguesia nacional” por uma mudança nestas estruturas, ainda nos marcos do capitalismo, de maneira que pudesse reproduzir aqui a história do capitalismo europeu ou norte-americano. Esquecem que a grande indústria montada no Brasil, com sua elevada composição orgânica do capital, e sua produção variada e sofisticada, só pode dar lucro se é mantida a concentração de renda, e se levantássemos a hipótese absurda de uma situação em que a renda fosse distribuída e a pequena empresa fosse tornada em centro da produção industrial, teríamos forçosamente que concluir que esta seria uma situação muito próxima do colapso econômico. Seria um retorno aqui e hoje do capitalismo de concorrência tal como existia na Europa em meados do século XIX – algo só comparável ao sonho dos utopistas que

desejavam no século XIX um retorno ao sistema tribal primitivo. Com a diferença de que, no nosso caso, a hipótese absurda serve de argumento em defesa da vitalidade e do futuro do capitalismo brasileiro.

Mas a questão central e mais óbvia que os reformistas perdem de vista é o fato de que a grande empresa industrial brasileira já surge na confluência de interesses entre a primitiva burguesia exportadora brasileira e o grande capital financeiro internacional, que se interessa em investir aqui justamente em virtude da concentração da renda, em virtude das elevadíssimas taxas de exploração da força de trabalho.

Pois na verdade uma característica fundamental da estrutura econômica brasileira, ao lado da concentração de renda, ao lado das suas taxas típicas de exploração da força de trabalho, é o fato de estarmos tratando aqui de um capitalismo “precocemente envelhecido” ou precocemente monopolizado. Fenômeno, aliás, subjacente aos que foram descritos acima, pois o envelhecimento ou monopolização precoce decorre da inexistência aqui de um desenvolvimento capitalista inicialmente baseado na produção, por pequenas empresas, para um mercado interno de massas. O capitalismo industrial brasileiro já nasce como desdobramento do grande capital internacional; e a integração da economia brasileira no sistema imperialista mundial é, assim, parte integrante da história da formação de um capital monopolizador, sem fronteiras e sem pátria.

Uma vez deixado bem claro o fenômeno da integração de capitais, e da inexistência de contradições entre uma suposta “burguesia nacional” e uma “burguesia estrangeira”, em torno do problema da concentração de renda e da estrutura de mercado, resta ainda considerar o seguinte: que as estruturas características do capitalismo brasileiro impõem a sua posição relativa dentro da cadeia imperialista, e o fato de que, as decisões acerca dos financiamentos e da reprodução de seu sistema industrial, situam-se fora do país, – situam-se nos grandes centros decisórios do capital financeiro internacional.

Sendo este mais um dos “problemas estruturais” de primeira importância na discussão sobre os pontos vulneráveis ou sobre as crises cíclicas no Brasil. Dizemos que o sistema econômico brasileiro integra a cadeia internacional do imperialismo, e como tal está sob a égide do sistema financeiro internacional. Entretanto, este “elo” da cadeia imperialista tem características próprias, características que podem, como vimos, oferecer grandes atrativos ao capital financeiro, mas que podemos também, em certas condições, necessária e periodicamente, afugentá-lo.

Para destacarmos os problemas e as contradições engendradas por este tipo de economia, e para podermos orientar uma discussão sobre as crises, as categorias que precisamos lidar são fundamentalmente: desequilíbrio na balança comercial, e inflação.

Está na relação importação-exportação o mecanismo central a ser considerado na discussão sobre a realização da mais-valia e sobre a reprodução ampliada do capital no Brasil. Como já foi dito, o Brasil dispõe de um “mercado seletivo” que dá o dinamismo à produção industrial. Entretanto, se deixássemos de considerar as exportações, cairíamos num esquema absurdo de um parque industrial que produziria para si mesmo, como um movimento contínuo

e em círculo. A atividade exportadora é fundamental para a continuidade do sistema industrial, pois incide diretamente sobre a vitalidade do “mercado seletivo” interno, como também incide sobre a questão do financiamento para a indústria.

Também o problema da inflação encontra suas determinações fundamentais nesta estrutura característica, onde o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Fator de desorganização econômica e de queda da taxa de lucro, a inflação deve ser considerada num primeiro plano em qualquer discussão sobre as crises cíclicas no Brasil, pois suas determinações remontam à própria estrutura econômica, dando realce aos seus marcos fundamentais.

Em primeiro lugar, porque a inflação decorre dos limites da produção rural para o mercado interno, ao que Rui Mauro já se referiu com justeza em outros textos denominando de "rigidez de oferta" no campo. Sobre esta questão dizia Eder Sader em artigo publicado em 1967 na revista Revisão:

"De 1940 a 1960 a população urbana do país cresceu de 148% enquanto a produção das lavouras aumentou somente 94%. O aumento desproporcional da procura dos artigos agrícolas acaba levando ao seu encarecimento. A produção industrial disso se ressentiu por dois modos: ou diretamente pelo encarecimento dos produtos que usa como matérias primas; ou através do encarecimento dos artigos que entram no consumo da população trabalhadora, forçando-os a reajustes salariais".

Acrescente-se a estes os seguintes dados: entre 1967 e 1973, anos culminantes da recuperação econômica, a agricultura cresceu a uma taxa média anual de 5,3%; simultaneamente o índice anual médio do crescimento do PIB era de 10%.

Em segundo lugar, porque a integração da economia brasileira no capitalismo monopolista internacional também integra esta economia no mesmo quadro de problemas típicos do capitalismo financeiro do pós-guerra, onde os preços de monopólio exercem uma pressão inflacionária de natureza já estrutural. O financiamento da produção industrial, na forma de investimentos ou de empréstimos, vindos dos centros de decisão do capital financeiro internacional, também contribuiu para o aumento da inflação.

Evidentemente, todas estas pressões inflacionárias podem ser absorvidas pelo sistema econômico enquanto a abertura dos mercados permite o crescimento da produção. Entretanto, na medida em que os mercados se saturam – fato observável notadamente a partir dos déficits na balança comercial – as taxas de inflação crescem descontroladamente, desorganizando todo o processo de reprodução, na medida em que faz cair a taxa de lucro, impondo ao capital financeiro a necessidade de migrar para outros sítios. O exemplo da crise conjuntural que antecedeu o golpe de 1964 está bastante claro: o esgotamento dos mercados estrangulando o desenvolvimento que marcou a década de 1950 desencadeou o processo inflacionário fazendo com que o “valor de uso” do capital financeiro, isto é, a taxa de juros, se tornasse superior à taxa de lucro. Situação que afastou os financiamentos oriundos dos centros de decisão do capital monopolista, fazendo a crise conjuntural atingir o fundo do poço.

III

O processo de concentração do capital superou o antigo “Estado-Nação”, e a realidade brasileira não foge a esta situação geral; não existe uma “burguesia dependente”, não existe um “terceiro mundo”. A economia brasileira, com sua estrutura característica, está integrada no sistema imperialista.

Evidentemente, esta “integração”, fundada na monopolização da produção e dos mercados, não exclui as contradições internas do sistema. É Lenin quem adverte, no prólogo do livro de Bukharin sobre o imperialismo e a economia mundial, que somente os que abandonam a realidade para sonhar poderão supor que a concentração do capital atenua as contradições do capitalismo. A direção do desenvolvimento, diz Lenin, é dada pela tendência à formação de um truste mundial único, que devorará todas as empresas e todas as nações, sem exceção. Porém esta tendência envolverá tamanhos conflitos, que o imperialismo terminará por se transformar em seu contrario muito antes de se ter chegado ao ponto extremo para onde se dirige a concentração do capital. Efetivamente as contradições do sistema se acentuam e as crises se tornam cada vez mais destruidoras. Porém, este mesmo processo de concentração do capital vem tornando a burguesia numa classe cada vez mais solidária no plano mundial.

Thalheimer já chamou atenção para a realidade seguinte à 2ª guerra mundial, designando as relações dominantes no seio da burguesia de “cooperação antagônica”. Terminologia que mantém ainda, entretanto, um significado controverso, pois o “antagonismo” é tradicionalmente entendido como um acirramento da contradição ao seu ponto de ruptura. E é exatamente essa idéia que se quer afastar, pois o aspecto dominante das relações que hoje caracterizam a burguesia é a “cooperação”.

A questão essencial está em que o processo de concentração do capital e de integração mundial da burguesia desenvolve-se em meio a crises cíclicas progressivamente mais arrasadoras. E se estas crises já não geram guerras interimperialistas acionam, porém, contradições entre diversos grupos capitalistas, e estas contradições determinam conflitos políticos que necessariamente abalarão os blocos dominantes ao nível da organização do Estado. Daí porque o imperialismo é por excelência era das grandes crises revolucionárias – fato que a história destaca cada vez mais.

Jamais será supérfluo frisar estas questões. Pois na visão sustentada pelos reformistas, inclusive por aqueles que já se apoiam mais ou menos claramente na teoria da dependência, toda concepção sobre as crises, e a natureza dos conflitos que ela acarreta, aparece de outra forma? Para eles, as contradições entre as burguesias do “centro” e as burguesias “dependentes” se intensificam. E nas crises haverá sempre “setores” dependentes interessados na revolução. A desorganização do Estado aparece aos reformistas apenas como mais um argumento para o projeto de reformá-lo.

No caso brasileiro há sempre o cuidado de lembrar que a nossa estrutura rural e a dependência externa são “entraves” para a burguesia industrial. Acena-se com as bandeiras da reforma agrária e da distribuição da renda. Nós dizemos que a grande propriedade rural e a

grande empresa industrial integrada ao capital financeiro internacional são dados estruturais do capitalismo brasileiro sobre os quais a burguesia realiza os seus “milagres”, como nos anos 69-73. Mantido intacto o sistema capitalista, os projetos de reformas internas destas estruturas básicas estão fadadas ao fracasso.

Mas as teorias que de uma forma ou de outra reeditam as velhas teses sobre o “terceiro mundo” só conseguem realimentar a ilusão em torno de uma “burguesia nacional” revolucionária, interessada em se desfazer dos “entraves” da dependência.

Rui Mauro Marini procura desenvolver uma teoria da dependência, atribuindo às relações capitalistas na América Latina uma qualidade própria, mas de tal maneira que esta qualidade chega a aparecer como estranha às teses mais gerais de Marx sobre a produção capitalista. A reedição do “terceiro mundo” fica patente, por mais que sejam repetidas nos textos de Rui Mauro as conclusões sobre o caráter socialista da revolução brasileira: a análise teórica aponta em outra direção. A teoria de “Dialética da Dependência” cria em torno dela espaços obscuros, somente possíveis de serem preenchidos por mais uma entre tantas concepções etapistas – todas unânimes em jogar para depois a tarefa da revolução socialista.

(Revista Marxismo Militante, n. 3: pp 19-36, dezembro de 1976)